

CARTA¹ XXI² (28 DE JANEIRO DE 1665)

AO MUI DOUTOR E DISTINTO SENHOR
WILLEN VAN BLIJENBERGH³

B. d. S.
Resposta à precedente

VERSIO⁴

TRADUÇÃO E NOTAS:

EMANUEL ANGELO DA ROCHA FRAGOSO* E MARSANA KESSY**

Meu senhor e amigo⁵,

Quando li a sua primeira carta, pensei que nossas opiniões coincidiam em quase tudo. Mas por sua segunda carta, que me foi entregue no dia 21 deste mês, compreendo que isso estava longe de ser assim, pois vejo que divergimos não só em relação às coisas derivadas dos primeiros princípios, mas também quanto aos próprios princípios. Por isso creio que nosso intercâmbio epistolar não possa

ser de muita valia para nossa instrução mútua, porque vejo que nenhuma demonstração, por mais solidamente fundamentada que esteja nas leis da demonstração, vale para o senhor⁶ se não

* Professor do CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE e Coordenador do GT BENEDICTUS DE SPINOZA.

** Graduanda em FILOSOFIA na Universidade estadual do Ceará - UECE e Bolsista de Iniciação Científica - IC-FUNCAP.

¹ A correspondência entre Blijenbergh e Spinoza compreende oito cartas, quatro de cada um, no período compreendido entre dezembro de 1664 e junho de 1665. As cartas foram escritas originalmente em holandês. Nossa tradução foi feita a partir da versão inglesa de A. Wolf [W], cotejada com as traduções francesas de Madeleine Francès [MF] e Charles Appuhn [CA]; com as traduções espanholas de Atilano Domínguez [AD], Florencio Noceti e Natascha Dockens [FN] e Oscar Cohan [OC]; com a versão holandesa das OP [NS] e com o original holandês e a versão latina (*versio*) de Carl Gebhardt [CG], que apresenta a *versio* e o original holandês na mesma página, com exceção desta carta XXI, da qual apresenta apenas a *versio*.

[W] **THE CORRESPONDENCE OF SPINOZA**. Translated and edited with introduction and annotations by A. Wolf. New York: Lincoln Mac Veagh, The Dial Press, 1927. Letter XXI, p. 172-181. Annotations, p. 408-409.

[MF] **SPINOZA ŒUVRES COMPLÈTES**. Texte traduit, présenté et annoté par Roland Caillois, Madeleine Francès et Robert Misrahi. Paris: Gallimard, 1954, *Correspondance*, p. 1045-1303, *Notes*, p. 1511-1525. Bibliothèque de la Pléiade. *Lettre XXI*, p. 1145-1154, *Notes de la Lettre XXI*, p. 1518.

[CA] **Œuvres de Spinoza**. Traduites et annotées par Charles Appuhn. Paris: Garnier, [ca. 1950]. Reimpression, Paris: Garnier-Flammarion, 1964-6, 4 v. *Lettre XXI*, v. 4, p. 203-211. [CONTINUA]

[CONTINUAÇÃO DA NOTA 1]

[AD] **SPINOZA - CORRESPONDENCIA**. Introducción, traducción, notas y índice de Atilano Domínguez. Madrid: Alianza, 1988. Carta 21, p. 192-202.

[FN] **LAS CARTAS DEL MAL**. Correspondencia Spinoza-Blijenbergh. Comentario Gilles Deleuze. Com prólogo de Florencio Noceti. 1. ed. Traducido por Florencio Noceti e Natascha Dockens. Buenos Aires: Caja Negra, 2006. Carta IV [XXI], p. 51-61.

[OC] **Spinoza Obras Completas**. Prologada por Abraham J. Weiss y Gregorio Weimberg, traducciones de Mario Calés y Oscar Cohan. Buenos Aires: Acervo Cultural, 1977, 5v. *Epistolario*, v. IV, p. 63-335. Carta XXI: p. 165-174.

[NS] **De Nagelate Schriften van B. d. S.** [Amsterdã: J. Rieuwertsz], M. DC. LXXVII [1677], *Vierendartigste Brief*, p. 552-559.

[CG] **SPINOZA OPERA**. Im Auftrag der Heidelberger Akademie der Wissenschaften herausgegeben von Carl Gebhardt. Heidelberg: Carl Winter, 1925; 2. Auflage 1972, v. IV, *Epistola XXI*, versão latina ou *versio* (p. 126-133).

² Corresponde à Carta XXXIV das *Opera Posthuma* [OP]* e à *Vierendartigste Brief* da versão holandesa das OP, *De Nagelate Schriften* [NS].

* **B. d. S. Opera Posthuma, Quorum series post Praefationem exhibetur**. [Amsterdã: J. Rieuwertsz], M. DC. LXXVII [1677], *Epistola XXXIV* (XXI), p. 497-505.

³ Na versão da OP está: Guilielmo de Blyenbergh e na versão holandesa da NS está W. v. Blyenbergh.

⁴ Segundo Atilano Domínguez, por supor que o próprio Spinoza tenha traduzido suas cartas escritas originalmente em latim para o holandês, Carl Gebhardt prefere o texto latino (*versio*) ao texto holandês (AD, Nota 125, p. 161), razão pela qual não apresenta o original em holandês da carta 21, como faz para as outras cartas.

⁵ Esta saudação só tem na OP. Na versão holandesa da NS não tem saudação inicial.

⁶ Florencio Noceti assinala em nota (FN, Nota 1, p. 52) que o tratamento utilizado por Spinoza na primeira carta, “Vossa Senhoria”, é nesta carta substituído por um simples “senhor”.

convém com a explicação que o senhor mesmo ou outros teólogos, conhecidos seus, atribuem às Sagradas Escrituras⁷. Se depreender que Deus fala por meio das Sagradas Escrituras mais claro e eficazmente do que por meio da luz do entendimento natural, que também nos concedeu e que com sua sabedoria divina assiduamente conserva firme e incorrupta, então tem razões válidas para submeter o entendimento às opiniões que atribuem às Sagradas Escrituras e eu mesmo não poderia fazê-lo de outra forma. Mas, no que concerne a mim, confesso abertamente e sem ambiguidade, que não entendo as Sagradas Escrituras, ainda que eu tenha lhe dedicado muitos anos⁸. E não me escapa que uma vez que tenha encontrado uma demonstração sólida, nunca mais poderão incidir pensamentos que me levem a duvidar desta demonstração. Donde o meu assentimento ao que o entendimento me mostra sem a menor suspeita de que eu possa me decepcionar ou contradizer às Sagradas Escrituras, ainda que não as tenha investigado. Porque a verdade não repugna à verdade, como indiquei claramente em meu *Apêndice*⁹ (não posso indicar o capítulo, pois não tenho o livro aqui comigo no campo¹⁰).

⁷ Noceti assinala em nota (FN, Nota 1, p. 51) que a partir desta carta, até ao final de seu intercâmbio epistolar com Blijenbergh, ao contrário do que fez na primeira carta, Spinoza irá escrever “Sagradas Escrituras”.

⁸ Domínguez assinala em nota (AT, Nota 153, p. 192) que esta passagem se repetirá no capítulo IX do *Tratado Teológico-Político* (TTP) que será publicado anonimamente no ano de 1670.

⁹ A. Wolf remete aos *Pensamentos Metafísicos* (CM), Parte II, capítulo 7 (W, Nota à página 173, p. 408).

¹⁰ Segundo K. O. Meinsma*, Spinoza passou parte do inverno de 1663/64 em Rijnsburg e “*A l’entrée de l’hiver suivant [inverno de 1664-65] il se rendit, peut-être em compagnie de son ami Simon Joosten de Vries, à Schiedam où il résida durant les deux mois les plus froids hors de la ville dans le ‘Long verger’ [lange Bogart]*”. Domínguez (AD, Nota 131, p. 166), citando esta passagem de Meinsma escreve: “*Meinsma sospecha que Spinoza pasó los inviernos 1663-4 y 1664-5 (en 1664, año de la peste, murieron 24.000 personas sólo en Amsterdam!) en la finca que poseían los de Vries cerca de Schiedam, el ‘Lande Bogart’ ou ‘Huerto largo’ [...]*”.

* **Original holandês:** MEINSMA, K. O. **Spinoza en zijn kring**. Historisch-kritische studiën over hollandsche vrijgeesten. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1896. p. 227-228.

Tradução francesa: MEINSMA, K. O. **Spinoza et son cercle**. Etude critique historique sur les **[CONTINUA]**

E se eu descobrisse como falso todo fruto depreendido de meu entendimento até agora, ainda assim eu seria feliz, pois gozo e procuro passar a vida não me consumindo em tristezas e prantos, mas com tranquilidade, alegria [*lætitia*] e hilaridade [*hilaritate*], e assim ascendo um grau mais¹¹. E ao mesmo tempo reconheço (e isto me proporciona a suma satisfação e tranquilidade da mente) que todas as coisas ocorrem como ocorrem pela potência do ser sumamente perfeito e segundo seu imutável decreto¹².

Mas voltando a sua carta, lhe agradeço muito que tenha me aclarado a tempo sua forma de filosofar. Mas que o senhor me atribua coisas como as que pretende deduzir de minha carta, não lhe agradeço absolutamente. Que material, me pergunto, lhe forneceu minha carta para atribuir-me a opinião de que os homens são semelhantes as bestas, de que os homens vivem e morrem como as bestas, e de que nossas obras desgostam a Deus, etc.? (Sobre este último ponto muito diferimos, porque se bem lhe entendi, o senhor concebe que Deus gosta de nossas obras como alguém que logrou atingir sua meta, porque a coisa se sucedeu conforme sua escolha). Quanto a mim, eu disse claramente que os probos honram a Deus, e que, fazendo-o assiduamente se fazem mais perfeitos e amam a Deus. É isso que é fazê-los similares às bestas, ou dizer que perecem como as bestas ou, por fim, que suas obras não agradam a Deus? Se tivesse lido minha carta com mais atenção teria visto claramente que nossa dissensão reside somente em saber se Deus como Deus, isto é, em sentido absoluto, sem que lhe seja atribuído nenhum atributo humano, comunica aos probos a perfeição que eles têm (assim eu entendo), ou se as comunica como juiz, que é como o senhor estatui. E é por isto

[CONTINUAÇÃO DA NOTA 10] hétérodoxes hollandais.

Traduit du néerlandais par Mademoiselle S. Roseburg. Appendices latins et allemands traduits par J.-P. Osier. Paris: J. Vrin, 1983. p. 285-286. A passagem citada se encontra na página 285.

¹¹ Domínguez remete esta passagem à *Ética*, parte 4, proposição 35 (escólio) e proposição 45 (escólio). (AT, Nota 155, p. 193). De nossa parte, pelos termos utilizados: alegria [*lætitia*] e hilaridade [*hilaritate*] remetemos esta passagem à *Ética*, parte 3, proposição 11 (escólio).

¹² Adotaremos o sistema de parágrafos da OP, reproduzido por Carl Gebhardt **[CG]**.

que o senhor acaba defendendo a causa dos ímpios, porque eles ao fazerem o que podem segundo o decreto de Deus servem a Deus tanto quanto os pios. Porém isto não se segue absolutamente de minhas palavras, pois eu não introduzo Deus como um juiz, e por isso valoro as obras segundo sua própria qualidade e não segundo a potência de quem obra. E a recompensa que se segue à obra, segue-se com tanta necessidade quanto se segue da natureza de um triângulo que seus três ângulos devem ser iguais a dois ângulos retos. E isto será entendido por qualquer um que considerar que nossa beatitude consiste no amor a Deus, e este amor flui necessariamente do conhecimento de Deus, que tanto se nos recomenda. Isto pode ser facilmente demonstrado em sentido geral se atentar à natureza do decreto de Deus, tal como expliquei no meu *Apêndice*¹³. Todavia, admito que todos aqueles que confundem a natureza divina com a humana são muito ineptos para compreendê-lo.

Tinha a intenção de terminar a carta aqui, para não molestá-lo mais com coisas (como claramente percebe-se pelo muito devoto aditamento afixado ao final da sua carta)¹⁴ que servem somente como motivo de chacota e riso e não são de nenhuma utilidade. Mas para não rejeitar inteiramente sua petição, sigo adiante explicando os termos *negação* e *privação* e expondo brevemente o necessário para progredir com mais clareza na elucidação do sentido de minha carta anterior.

Digo, em primeiro lugar, que a privação não é o ato de privar, mas apenas uma simples e mera carência, que por si mesma não é nada, porque é somente um ente de razão ou modo de pensar que formamos quando comparamos uma coisa com a outra. Dizemos, por exemplo,

que um cego está privado da visão, porque facilmente podemos imaginá-lo como vidente, seja comparando-o a outras pessoas que podem ver, ou comparando seu estado atual com um estado anterior no qual ele podia ver. Quando nós consideramos o homem desta forma, comparando a sua natureza com a natureza dos outros ou com sua própria natureza anterior, afirmamos que a visão pertence à sua natureza e por isto dizemos que agora ele está privado dela. Porém, quando consideramos o decreto de Deus e sua natureza, não temos mais razão para afirmar que este homem está privado da visão do que está uma pedra, já que neste momento é tão contraditório atribuir a visão a este homem quanto à pedra. *Porque a esse homem não pertence nada mais do que o entendimento e a vontade Divina atribuíram a ele.* Daí segue-se que Deus não é mais causa do homem não ver do que causa de uma pedra não ver, o qual é uma mera negação. *Assim também, quando consideramos a natureza do homem que é conduzido pelo apetite do prazer e comparamos seu apetite atual com o que têm os probos, ou o que teve ele mesmo em outro momento, afirmamos que este homem está privado de um apetite melhor, porque julgamos que lhe pertence o apetite da virtude. Porém, não podemos fazer isto se atentamos para a natureza do decreto e do entendimento divino, pois neste caso o citado apetite não pertence atualmente à natureza deste homem mais do que pertence à natureza do diabo ou da pedra.* Por isto, neste sentido, o apetite melhor não é uma privação, mas sim uma negação. Assim, a privação não é nada mais do que negar de uma coisa algo que nós julgamos que pertence à sua natureza, e a negação não é outra coisa do que negar de uma coisa algo que não pertence à sua natureza. E está claro porque o apetite de Adão pelas coisas terrenas era mau segundo nosso entendimento, mas não segundo o entendimento de Deus. *Pois, embora Deus conhecesse o estado anterior de Adão e o atual, nem por isto pensava que Adão estava privado do estado anterior, isto é, que seu estado anterior pertencia a sua natureza.* Pois se assim fosse, Deus teria apreendido algo contrário à sua vontade, isto é, contrário ao seu próprio entendimento. Se você tivesse percebido bem isto e também que eu não concebo a mesma liberdade que Descartes

¹³ Domínguez remete aos *Pensamentos Metafísicos* (CM), Parte I, capítulo 3 e Parte II, capítulo 7 (AD, Nota 157, p. 194).

¹⁴ Trata-se do aditamento acrescentado no final da carta XX: “Desejaria que em sua resposta incluisse uma informação mais ampla sobre o que você realmente entende por uma Negação em Deus” (Cf. BLIJENBERGH, Willen van. *Carta XX (16 de janeiro de 1665)*. Tradução e notas de Emanuel Angelo da Rocha Fragoso e Flora Bezerra da Rocha Fragoso. **Revista Conatus - Filosofia de Spinoza**, Fortaleza, v. 5, n. 10, p. 107-117, dez. 2011. p. 117).

atribui à mente – tal como L. M.¹⁵, em meu nome, declara no Prefácio –, não teria encontrado em minhas palavras a menor contradição. Mas vejo que eu teria feito muito melhor se na minha primeira carta tivesse respondido as palavras de Descartes, dizendo que nós não podemos saber como nossa liberdade, e tudo que dela depende coaduna com a providência e a liberdade de Deus (como o fiz em várias partes do meu *Apêndice aos Princípios de Descartes*)¹⁶, e que por isso não podemos encontrar, a partir da criação de Deus, nenhuma contradição em nossa liberdade, porque não podemos captar como Deus criou as coisas, nem (o que é a mesma coisa), como as conserva. Mas eu pensei que você tinha lido já o Prefácio, e que, se eu não respondesse segundo minha convicção, estaria pecando contra o dever de amigo que afetuosamente havia lhe oferecido. Mas isso não tem nenhuma importância.

Como vejo que ainda não compreendeu bem a mente de Descartes, peço-lhe que atente aos dois pontos que se seguem: Em primeiro lugar, que nem eu, nem Descartes, jamais dissemos que pertence à nossa natureza o conter nossa vontade dentro dos limites do entendimento, mas somente que Deus nos deu um entendimento determinado e uma vontade indeterminada, de maneira que ignoramos para qual fim nos criou. Ademais, que esta vontade indeterminada e perfeita não somente nos faz mais perfeitos, mas, como direi a seguir, ela é também muito necessária para nós.

Em segundo lugar, que a nossa liberdade não consiste nem em certa contingência nem em certa indiferença, mas sim em um modo de afirmar ou negar, de maneira que quanto menos indiferentemente afirmamos ou negamos uma coisa, mais livres somos. Por exemplo, se a natureza de Deus fosse conhecida por nós, então necessariamente se seguiria de nossa natureza a afirmação de que Deus existe, da mesma maneira que se segue da natureza do triângulo que seus três ângulos são iguais a dois retos. E, então, nunca somos mais livres do que quando

afirmamos uma coisa de tal modo. Mas como essa necessidade não é outra coisa senão o decreto de Deus – como mostrei claramente em meu *Apêndice*¹⁷ aos *Princípios de Descartes* –, pode-se entender em certa medida como fazemos livremente uma coisa e somos sua causa, ainda que a façamos por necessidade segundo o decreto de Deus. Digo que podemos entender isto em certa medida quando afirmarmos algo que clara e distintamente percebemos. Ao contrário, quando afirmamos algo que não percebemos clara e distintamente, isto é, quando permitimos que a vontade ultrapasse os limites de nosso entendimento, não podemos perceber nem a necessidade e nem o decreto de Deus, e sim somente nossa liberdade, que está sempre incluída em nossa vontade (e é somente neste sentido que nossas obras são chamadas de boas ou más). E se, então, tentarmos conciliar a nossa liberdade com o decreto e a contínua criação de Deus, confundimos o que entendemos clara e distintamente com o que nós não percebemos, e, portanto, nossa tentativa é vã. É suficiente para nós, portanto, que saibamos que somos livres, e que o podemos ser, não obstante o decreto de Deus, e que nós somos a causa do mal, porque nenhum ato pode ser chamado mal, a não ser em relação à nossa liberdade. Eis aí o que concerne a Descartes, para demonstrar que as suas palavras, neste ponto, não contêm nenhuma contradição.

Volto-me agora ao que me concerne. Em primeiro lugar, farei uma breve referência à utilidade que deriva de minha opinião, e que basicamente consiste em que nosso entendimento, liberto de toda superstição, nos oferece a Deus em corpo e mente. Mas não nego que as preces nos sejam muito úteis, pois meu entendimento é muito pequeno para determinar todos os meios que Deus tem para levar os homens ao seu amor, isto é, à salvação. Assim, está longe de ser nociva a minha opinião. Ao contrário, para aqueles que não são vítimas de nenhum prejuízo ou de pueril superstição¹⁸, esse é o único meio de atingir o mais alto grau de beatitude.

¹⁵ Trata-se de Lodowijk [Louis] Meyer, autor do prefácio do PPC.

¹⁶ Domínguez remete aos *Pensamentos Metafísicos* (CM), Parte I, capítulo 3 e Parte II, capítulo 8 (Cf. AD, Nota 161, p. 196). Wolf por sua vez remete à Parte I, capítulo III e Parte II, capítulo XI do mesmo CM (Cf. W, Nota à página 176, p. 408).

¹⁷ Domínguez remete aos *Pensamentos Metafísicos* (CM), Parte I, capítulo 3 e Parte II, capítulo 7 (Cf. AD, Nota 162, p. 197). Wolf por sua vez remete apenas à Parte I, capítulo III do mesmo CM (Cf. W, Nota à página 177, p. 408).

¹⁸ Domínguez remete esta passagem ao *Tratado Teológico-Político* (TTP), capítulo XV (Cf. AD, Nota 163, p. 198).

Mas o seu comentário, segundo o qual eu faço os homens tão dependentes de Deus que os reduzo a algo similar aos elementos, às ervas e às pedras, é suficiente para mostrar que você entende perversissimamente a minha opinião, e que confunde as coisas que dizem respeito ao entendimento com as coisas que dizem respeito à imaginação. Pois se houvesse percebido pelo entendimento puro o que significa depender de Deus, você certamente não pensaria que as coisas, na medida em que dependem de Deus, são mortas, corpóreas, e imperfeitas (quem alguma vez ousou falar tão vilmente do ser sumamente perfeito?). Ao contrário, perceberia então que, justamente por causa disso, enquanto dependem de Deus, as coisas são perfeitas. E por isso entendemos melhor essa dependência e essa operação necessária pelo decreto de Deus, quando atentamos para as coisas criadas mais inteligíveis e mais perfeitas e não aos troncos e às ervas, como aparece claramente no que já recordamos, no segundo ponto, ao falar sobre a mente de Descartes, que você deveria ter notado.

Não posso ocultar meu grande assombro quando disse: se Deus não punir um delito (isto é, como um juiz, e com uma pena que não resultaria por si mesma do delito, já que é somente isto o que nos importa), que razão me impede de perpetrar avidamente todos os tipos de crimes? Certamente, quem deixa de fazê-lo somente por temor da pena (coisa que não espero de você), não obra nunca por amor nem abraça em absoluto a virtude. Quanto a mim, deixo de fazer essas coisas ou procuro não fazê-las, porque vão expressamente contra minha singular natureza e porque me afastariam do amor e do conhecimento de Deus.

Ademais, se você tivesse prestado um pouco mais de atenção à natureza humana e tivesse entendido a natureza do decreto de Deus, como expliquei no meu *Apêndice*¹⁹, e se, finalmente, soubesse como deve ser deduzida uma coisa antes que se possa chegar a uma conclusão, então você não afirmaria tão temerariamente que a minha opinião nos faz semelhante a troncos, etc., e nem me imputaria os muitos absurdos que imagina.

Quanto às duas coisas que, conforme você disse antes de passar à sua segunda regra, que não consegue entender, eu respondo que a primeira pode ser resolvida com Descartes, ao afirmar que se somente atentar a sua própria natureza, experimentará que pode suspender seu juízo. Mas se você disser que não experimenta por si mesmo que atualmente nós tenhamos suficiente poder sobre a razão como para continuar sempre assim, isto, para Descartes é o mesmo que dizer que nós não podemos ver atualmente que, enquanto existimos, seremos sempre coisas pensantes ou que reteremos a natureza de uma coisa pensante, o que envolveria uma contradição.

Quanto à segunda coisa, digo com Descartes que, se não pudéssemos estender nossa vontade além dos limites de nosso muito limitado entendimento, seríamos os mais miseráveis, já que não poderíamos nem comer um pedaço de pão, nem dar um passo adiante ou pararmos, nem mesmo subsistir, por ser tudo incerto e pleno de perigos.

Passo agora à sua segunda Regra, e afirmo que acredito não atribuir às Escrituras essa verdade que você crê existir nela, e também acredito que eu atribuo a ela tanta ou mais autoridade do que você. Ademais, com muito mais cautela do que outros, eu procuro não lhe atribuir determinados pontos de vista pueris e absurdos, coisa que ninguém pode lograr, a menos que entenda bem a filosofia, ou que tenha revelações divinas. Por isso muito pouco me convencem as explicações sobre a Escritura que trazem os teólogos comuns, especialmente aqueles do tipo que sempre tomam as Escrituras ao pé da letra e segundo o sentido externo. E nunca vi nenhum teólogo, exceto entre os socinianos²⁰, que fosse tão estúpido a ponto de não perceber que a Sagrada Escritura fala com muita frequência de Deus de maneira humana e exprime o seu sentido em parábolas. E no que concerne à contradição que você em vão (em minha opinião) tenta mostrar, creio que você entende por parábola algo totalmente diferente do que se entende habitualmente. Pois quem

¹⁹ Wolf remete aos *Pensamentos Metafísicos* (CM), Parte II, capítulo VII a IX (Cf. W, Nota à página 179, p. 409).

²⁰ Seguidores de Lélío Socinus (1529-1562) e Faustus Socinus (1539-1604), teólogos italianos, que defendiam entre outras coisas uma interpretação literal da Bíblia.

nunca ouviu falar que aquele que expressa seus conceitos por meio de parábolas se afasta do seu sentido? Quando Miquéias disse ao rei Acab que tinha visto Deus sentado em seu trono, com todo o exército do céu em pé à sua direita e à sua esquerda, e que Deus lhe perguntou quem enganaria Acab²¹, certamente se tratou de uma parábola, com a qual o profeta expressou de forma suficientemente clara o ponto principal que tinha que revelar em nome de Deus naquela ocasião (que não era para ensinar os sublimes dogmas da Teologia), sem se distanciar em nada do seu sentido. Assim também os outros profetas, pelo decreto de Deus, manifestaram a palavra divina dessa forma ao povo, não porque Deus desejava que fosse assim, mas sim porque esta foi a melhor forma para conduzir o povo ao fim primário da Escritura, que segundo a palavra do próprio Cristo consiste em amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo²². As sublimes especulações, segundo creio, não têm nenhuma importância para a Escritura. No que me concerne, nunca aprendi nenhum atributo eterno de Deus na Sagrada Escritura, e nem poderia aprender.

Quanto ao quinto²³ argumento (que os profetas manifestaram assim a palavra de Deus, porque a verdade não é contrária à verdade), só me resta então demonstrar (como julgará todo aquele que conheça o método demonstrativo) que a Escritura, tal como é, é a verdadeira palavra de Deus revelada. Não posso obter uma demonstração matemática disto, a não ser por revelação divina. Por esta razão digo: *eu creio*, e não *eu sei por método matemático que todas as coisas que Deus revelou aos profetas, etc.*²⁴, porque

creio firmemente, mas não sei matematicamente, que os profetas foram íntimos conselheiros e mensageiros fieis de Deus. Assim, em minhas afirmações não há nenhuma contradição, enquanto que da parte contrária, há muitas.

O resto da carta, a saber, quando você diz: *Por último, o ser mais perfeito deve saber etc.*²⁵, e, o que você alega depois contra o exemplo do veneno, e, por último, o que diz respeito ao *Apêndice*, e o que se segue parece-me não interessar a presente questão.

No que diz respeito ao prefácio de L. M., nele se indica também o que lhe faltou indicar a Descartes para dar uma sólida prova do livre arbítrio, e se acrescenta que sou a favor da opinião contrária, e por quais razões. Talvez um dia eu as exponha, mas no momento não tenho nenhuma intenção de fazê-lo.

Não pensei mais na obra sobre Descartes, nem voltei a ocupar-me dela desde que foi publicada a tradução holandesa²⁶. Tenho para isto minhas razões, porém levaria muito tempo para contar aqui. Assim, não resta mais nada a dizer, senão que eu, etc.

[Schiedam, 28 Janeiro de 1665.]²⁷



²¹ Referência bíblica (*Velho Testamento*) a *1 Reis*, capítulo 22, versículos 19:23. Segundo Noceti, “O argumento de Spinoza se funda no caráter quase obviamente metafórico de semelhante declaração [de Miquéias], que não impede ao profeta cumprir com seu papel, que é o de informar ao rei que está sendo enganado e que marcha para sua ruína.” (FN, Nota 5, p. 60).

²² Domínguez remete esta passagem a *Mateus*, capítulo 22, versículos 37 e seg. (AD, Nota 165, p. 201).

²³ Este termo só se encontra na OP latina.

²⁴ Citação literal da carta XIX (Cf. Spinoza, *Benedictus de. Carta XIX (05 de janeiro de 1665)*. Tradução e notas de Emanuel Angelo da Rocha Fragoso e Flora Bezerra da Rocha Fragoso. **Revista Conatus - Filosofia de Spinoza**, Fortaleza, v. 5, n. 9, p. 103-107, jul. 2011. A passagem citada encontra-se na primeira coluna da página 106).

²⁵ Citação literal da carta XX (Cf. BLIJENBERGH, Op. Cit., segunda coluna da p. 115).

²⁶ Traduzida por Pieter Balling e publicada em 1664 em Amsterdam.

²⁷ Esta carta não está datada nem na OP e nem na NS. Segundo Wolf esta carta foi escrita em holandês, mas o original se perdeu (W, Nota à página 172, p. 408). Há uma referência ao original holandês na carta 22. Chegou-se a esta data pelas referências feitas na carta 19 e na já citada carta 22.